

Inaldete Pinheiro

Marcelo Mário de Melo

*Atravessando
o preconceito
racial*

Inaldete Pinheiro, 45 anos, enfermeira, formada pela UFPE em 1972, fundadora em Pernambuco do Movimento Negro Unificado, dirigindo o Centro Cultural Solano Trindade, única feminista negra do SOS Corpo, pesquisadora, escritora, resistente cultural e indisfarçavelmente elegante, fala em entrevista sobre as coisas do preconceito racial na sua e na nossa vida, da Igreja Católica à história infantil.



Fotos: Teresa Maia

P - Quais são tuas origens?
 I - Nasci na cidade de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, em 1947. Meu pai era funcionário público, com um padrão de classe média. Éramos a única família negra que tinha uma relação integrada na sociedade. Meu pai devia ter alguma sensibilidade sobre o preconceito racial, porque eu não falasse nunca. Tinha de ser boa aluna, não chegar tarde em casa, andar bem vestida.

P - E o preconceito?
 I - Diversas vezes, nas minhas falhas como criança, aparecia o estigma "foi aquela negra"! Isto foi-me trazendo a consciência de que eu era uma espécie diferente. Na Igreja

P - Quando a questão racial lhe tocou mais forte?

I - Quando já estava no Recife, um amigo meu, negro, comentou a morte de Martin Luther King e ficou aquela coisa no ar: foi morta uma pessoa que queria que os outros fossem livres. Ainda no colégio, nas aulas de português, eu também me emocionava muito lendo Os Escravos, de Castro Alves.

P - Você já foi colonizada?

I - Na Escola de Enfermagem éramos cinco negras. Duas esticavam cabelo. Eu e outras duas, não. Meu pai não

Souza, que estava em Angola e fazia um trabalho de recuperação da cultura negra. Através de uma companheira de turma, Ivone, que viajou em férias para São Paulo, tive conhecimento do Grupo Negro G T P L U M, composto por profissionais liberais,



Católica, eu era da Cruzada Eucarística. Mobilizava, organizava festas, mas nunca pude coroar Nossa Senhora, porque não era branca e não tinha o cabelo longo - o modelo era esse. O máximo que me competia era cantar no coro infantil. Era uma frustração.

P - Era a cassação branca.
 I - Exatamente.

deixava, porque dizia que Deus me deu aquele cabelo. Mas de tanta pressão, comecei a esticar. Era a tortura cotidiana, dormir com boby, ir para o cabeleireiro de 15 em 15 dias. Mas lá dentro, havia uma ponta de consciência que rejeitava isto.

P - E quando começou a militância?

I - Foi por influência do jornal "Versus", na seção "Afro-Latinoamérica". Li muitos artigos de Tereza

universitários, negros de classe média alta ou da burguesia. Mas repeli o modelo, pensando nos negros pobres, não-universitários. Eu acompanhava as coisas em Angola. Fui procurar informação histórica. O Versus publicou matérias sobre a organização do MNU em São Paulo e Minas, em 1968. Em maio de 69 começamos o MNU no Recife: eu, Sílvia Ferreira, Ivone, Jorge Moraes, Tereza França, Lúcia Ângela. Saimos da minha casa para o DCE, porque a sala não comportava mais.

P - Quando se deu o contato com Solano Trindade?

I - Foi através de João Batista Ferreira, que havia trabalhado com Solano no Teatro Experimental do Negro,

em Embu, São Paulo. Nas reuniões, ele recitava versos de Solano. Em 71 a Brasiliense publicou "Cantares do Meu Povo" e fizemos um lançamento aqui. A trajetória política de Solano eu conheci mais detalhadamente a partir da palestra de José Vicente Ferreira, ex-companheiro de Solano na Frente Negra. A partir daí, assumi o compromisso pessoal de resgatar a memória de Solano.

P - E o Centro Solano Trindade, para que veio?

I - Estamos trabalhando há quase três anos, divididos em quatro grupos: Mulher, Justiça, Educação e Cultura. Passa por tudo a preocupação de resgatar o afro-pernambucano, com uma visão transformadora dessa coisa. Estamos dando muita importância à questão da esterilização em massa de mulheres pobres, o que significa mulheres negras. A pena de morte noturna, que vem eliminando os homens e os menores; a campanha contra a sua implantação legal, também estão no centro.

P - E qual é a proposta cultural?

I - Este ano pretendemos dar atenção especial aos redutos dos quilombos existentes (sabemos de cinco), no sentido de recuperar a memória. Temos também uma ação permanente voltada para o maracatu, como marco da cultura negra em Pernambuco, considerando que alguns nasceram na senzala, como o Leão Coroado. Constatamos um desprestígio do maracatu, que tem um vínculo forte com os candomblés e terreiros, ainda muito discriminados como coisas do mal. É lamentável que o maracatu tenha sido retirado do Frevança, nos seus dois últimos concursos, ficando só o frevo. O atual Recife também não o inclui.

P - Quando começou a sua preocupação com a história infantil?

I - Um dia meu primeiro filho me pediu para cantar "boi da cara preta" e fiquei chocada. Aí fui ver o que a literatura infantil estava passando para as crianças. Comecei por Monteiro Lobato, que era uma referência importante. Analisei três livros: O Sítio do Pica-pau Amarelo, História da Tia Anastácia e O Saci. Entre Dona Benta e

Anastácia é Dona Benta a Dona da Casa Grande. Anastácia conta mas não sabe concluir. Dona Benta é quem dá o final que satisfaz. As crianças são sempre muito mais inteligentes do que Tia Anastácia. No Ó Saci, Monteiro Lobato oculta o Saci como o Deus negro Ossanha, conhecedor dos segredos da mata.

P - Isso terminou em pesquisa, não é?

I - Pesquisei 67 livros de história infantil, publicados entre 84 e 86, e escrevi um ensaio onde procuro situar os autores segundo a maneira como colocam a figura do negro e a cultura negra, em termos históricos e no relacionamento em geral. Também escrevi três textos infantis, dois deles publicados em livro.

P - Quem faz o contraponto com Lobato?

I - Ana Maria Machado é a grande figura. De uma maneira leve, ela insere o negro como pessoa, sem estigma, sem confundir diferença com hierarquia, proporcionando à criança brasileira a oportunidade de exercitar e viver uma democracia racial.